

**A NOVA HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS CULTURAIS:
O CONCEITO DE APROPRIAÇÃO EM ROGER CHARTIER, CARLO
GINZBURG E E.P. THOMPSON.**

**THE NEW HISTORY AND CULTURAL STORIES:
THE CONCEPT OF APPROPRIATION IN ROGER CHARTIER, CARLO
GINZBURG AND E.P. THOMPSON.**

**LA NUEVA HISTORIA Y CUENTOS CULTURALES:
EL CONCEPTO DE APROPIACIÓN EN ROGER CHARTIER, CARLO GINZBURG
Y E.P. THOMPSON.**

Cássio Santos Melo, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, é professor associado I do curso de História da Universidade Federal de Catalão desde 2016.

Luiz Antônio Albertti, Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor das áreas de história, filosofia e sociologia na Fundação Educacional de Penápolis.

RESUMO: Este artigo discute o conceito de apropriação na obra de três importantes historiadores da história nova: Roger Chartier, Carlo Ginzburg e E. P. Thompson. Focando na Nova História e nas Histórias Culturais, o texto examina como diferentes grupos sociais constroem significados a partir de representações culturais e práticas sociais. Roger Chartier propõe uma abordagem da história cultural que explora as relações entre representações e práticas sociais, destacando a complexidade das interações entre cultura erudita e popular, e a apropriação de bens culturais por diferentes grupos. Carlo Ginzburg, com a micro-história e o paradigma indiciário, enfatiza a importância de detalhes aparentemente insignificantes para revelar dinâmicas culturais mais amplas. E. P. Thompson, por sua vez, examina a apropriação cultural na formação da classe trabalhadora, mostrando como os trabalhadores reinterpretaram as tradições culturais em resistência à dominação burguesa. O artigo analisa como esses três autores especializados para uma compreensão mais profunda da apropriação cultural e suas implicações para a historiografia.

Palavras Chave: Chartier; Ginzburg; Thompson; apropriação; história cultural.

ABSTRACT: This article discusses the concept of appropriation in the work of three important historians of new history: Roger Chartier, Carlo Ginzburg and E. P. Thompson. Focusing on New History and Cultural Histories, the text examines how different social groups construct meanings based on cultural representations and social practices. Roger Chartier proposes an approach to cultural history that explores the relationships between representations and social practices, highlighting the complexity of interactions between high and popular culture, and the appropriation of cultural goods by different groups. Carlo Ginzburg, with his microhistory and the evidentiary paradigm, emphasizes the importance of seemingly insignificant details to reveal broader cultural dynamics. E.P. Thompson, in turn, examines cultural appropriation in the formation of the working class, showing how workers reinterpreted cultural traditions in resistance to bourgeois domination. The article analyzes how these three authors specialized in a deeper understanding of cultural appropriation and its implications for historiography.

Keywords: Chartier; Ginzburg; Thompson; appropriation; cultural history.

RESUMEN: Este artículo analiza el concepto de apropiación en la obra de tres importantes historiadores de la nueva historia: Roger Chartier, Carlo Ginzburg y E. P. Thompson. Centrándose en la Nueva Historia y las Historias Culturales, el texto examina cómo diferentes grupos sociales construyen significados basados en representaciones culturales y prácticas sociales. Roger Chartier propone un enfoque de la historia cultural que explora las relaciones entre representaciones y prácticas sociales, destacando la complejidad de las interacciones entre la cultura alta y popular, y la apropiación de bienes culturales por parte de diferentes grupos. Carlo Ginzburg, con la microhistoria y el paradigma probatorio, enfatiza la importancia de detalles aparentemente insignificantes para revelar dinámicas culturales más amplias. EP Thompson, a su vez, examina la apropiación cultural en la formación de la clase trabajadora, mostrando cómo los trabajadores reinterpretaron las tradiciones culturales en resistencia a la dominación burguesa. El artículo analiza cómo estos tres autores se especializan en una comprensión más profunda de la apropiación cultural y sus implicaciones para la historiografía. Palabras clave: Chartier; Ginzburg; Thompson; apropiación; historia cultural.

Introdução

A história cultural, ou nova história cultural, tornou-se uma vertente historiográfica que ganhou expressivo espaço nos estudos históricos a partir da década de 1960, especialmente no cenário europeu. No Brasil, o impacto dessa vertente se torna bastante evidente a partir da década de 1970¹. Esse crescimento acarretou uma expansão tão significativa que uma conceitualização precisa se tornou praticamente inviável. Seria difícil imaginar o número de definições que encontraríamos na historiografia francesa, inglesa, italiana, entre outras, sobre o que constitui a história cultural. Não menos complexo seria delimitar quais são, hoje, os domínios pertencentes a essa vertente, pois eles abarcam uma ampla gama de objetos (humor, identidade, imagens, etnicidade, costumes etc.) e abordagens (antropológica, filosófica, sociológica, linguística, semiótica).

Diante dessa vasta expansão historiográfica e conceitual, o objetivo deste artigo é propor um elo que possa interligar algumas questões comuns às diversas abordagens da história

¹ Sobre mudanças ocorridas na historiografia brasileira, um livro muito significativo é *Historiografia brasileira em perspectiva*, uma coletânea de textos sobre os novos problemas, novos objetos e novas abordagens da historiografia brasileira na virada para o século XXI. Na apresentação, o organizador da obra Marcos Cezar de Freitas, escreve sobre as mudanças ocorridas na escrita da história das últimas décadas: “Desde os anos 70, nas várias universidades do país, disseminou-se um novo debate entre historiadores, o que significa dizer que os sucessores de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, entre outros, concretizaram a partir de então uma nova historiografia brasileira, nem sempre de ruptura em relação aos grandes mestres, nem sempre de continuidade” (FREITAS, 2003, p. 11-12)

cultural. Esse elo é o conceito de apropriação. Acreditamos que essa seja uma tarefa essencial para o historiador, pois, caso contrário, ele corre o risco de enfrentar um processo infindável de fragmentação de seu campo de estudo. Assim, nosso intuito é refletir sobre algumas questões que consideramos centrais e que ajudam a caracterizar a apropriação.

O conceito de apropriação foi difundido de maneira singular pelo historiador francês Roger Chartier no final da década de 1980, e é a partir dele que iniciamos nossa reflexão. Chartier utilizou a apropriação para explicar como os indivíduos e grupos se apropriam de discursos, práticas e objetos culturais, moldando-os de acordo com suas necessidades e contextos, destacando as múltiplas possibilidades de pesquisas e abordagens, como se lê em *A história cultural: entre práticas e representações*:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou menos intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Essa perspectiva foi fundamental para ampliar as discussões sobre a relação entre cultura e poder, oferecendo novas maneiras de entender a circulação de ideias e práticas no tecido social.

Passadas quase quatro décadas do início dessas discussões, questionamo-nos se o conceito de apropriação ainda mantém relevância no debate historiográfico. Nossa resposta é um sonoro sim. A apropriação continua a ser uma ferramenta analítica poderosa, não apenas no campo da história cultural francesa, mas em outros contextos historiográficos.

Nesse sentido, nosso interesse em atualizar e expandir o conceito de apropriação nos leva a explorar outras perspectivas que podem ser lidas sob essa ótica. Acreditamos que o conceito pode ser enriquecido ao dialogar com as obras de autores como Edward Palmer Thompson, com sua análise das experiências e lutas de classe na Inglaterra, e Carlo Ginzburg, com seus estudos sobre a cultura popular e as mentalidades. Ambos os autores, cada um a seu

modo, lidam com a forma como os indivíduos e grupos sociais reinterpretem e transformam as realidades culturais, o que os torna interlocutores valiosos para uma nova leitura do conceito de apropriação.

Assim, ao trazer essas diferentes abordagens para a discussão, buscamos ampliar o escopo do conceito de apropriação, mostrando sua utilidade para diversos contextos históricos e metodológicos. Dessa forma, reafirmamos a importância desse conceito como uma ponte que interliga diferentes tradições historiográficas e permite uma compreensão mais rica e multifacetada das dinâmicas culturais.

Todavia, antes de iniciarmos propriamente o debate acerca do tema principal que almejamos discutir, faz-se necessário trazer ao leitor algumas reflexões sobre definições e implicações de um conceito que a nosso ver antecede à definição de apropriação, que é a cultura.

A ideia tradicional de cultura.

Antes de nos aprofundarmos no debate sobre o tema principal que pretendemos abordar, é necessário trazer ao leitor algumas reflexões sobre definições e implicações de um conceito que, em nossa perspectiva, precede a ideia de apropriação: a cultura. Hannah Arendt, cuja filiação filosófica à Escola de Frankfurt é nítida, oferece questionamentos pertinentes nesse sentido. Para Arendt, a cultura está limitada às artes que são atemporais e universais, sendo compreendida à luz do juízo estético kantiano. A cultura, segundo ela, deve permanecer sob a tutela de uma elite responsável por sua preservação. Assim, o termo “cultura de massa” seria, em si, contraditório, pois, ao se tornar um bem de consumo social, a cultura deixaria de ser verdadeira cultura. Em vez disso, Arendt sugere que pensemos em uma “sociedade de massa”. A questão da cultura de massa, portanto, revela um problema mais profundo: a complexa relação entre sociedade e cultura (ARENDR, 2000, p. 249). A “cultura de massa” surge e se desenvolve dentro de uma sociedade que permite seu aparecimento e circulação. Já no século XVIII, traços semelhantes aos da sociedade de massas contemporânea, como a inadapabilidade, a ausência de padrões, o egocentrismo e a autoalienação, eram observados na “boa” sociedade, como identificado por Jean-Jacques Rousseau.

No momento em que as classes trabalhadoras, as multidões, passam a ter uma parte do tempo para o lazer, a cultura servirá como entretenimento, distração, diversão. A “cultura de massa” não é produzida pelas multidões, mas por artistas, que produzem “cultura”, “arte”, como mercadoria a ser consumida em massa; logo, a cultura passa a servir como meio de ascensão social e econômica, via educação. Isso significa uma ameaça à cultura, não somente pela sociedade de massa, mas também por uma elite bem educada. Esse fenômeno é definido pela autora como “filisteísmo”.

O âmago da questão é que tal sorte de filisteísmo, consiste simplesmente no ser “inculto” e vulgar, foi prontamente seguido de uma outra situação em que, ao contrário, a sociedade começou a se interessar também vivamente por todos os pretensos valores culturais. A sociedade começou a monopolizar a “cultura” em função de seus objetivos próprios, tais como a posição social e status (ARENDRT, 2000, p. 253-4).

Seguindo a concepção de Arendt, a sociedade não produz cultura, arte, pois tal produção se restringe aos artistas. Mas então surge a questão: se são os artistas que produzem cultura para a sociedade de massa, como pensar e definir cultura hoje? Para pensar a cultura nos dias atuais, devemos voltar o olhar para a antiguidade, para os gregos e romanos. Nas palavras da autora:

Conjuntamente, cultura no sentido de tornar a natureza um lugar habitável para as pessoas e cultura no sentido de cuidar dos monumentos passados ainda hoje determinam o conteúdo e o significado que temos em mente ao falarmos de cultura (ARENDRT, 2000, p. 266).

O pensamento de Arendt se assemelha bastante as idéias do inglês Matthew Arnold - século XIX - , que é citado por Arendt. Para Arnold, a cultura tinha como papel social substituir os valores religiosos. Para ele, a crítica da cultura seria a crítica literária, e isto só seria possível mantendo o distanciamento necessário para se pensar o social. Segundo Maria Elisa Cevasco,

Com Arnold a tradição completa o processo de abstração do sentido de cultura e a definição do papel do crítico: a verdadeira crítica é isenta; sua função, embora social, está apartada de todas as esferas onde efetivamente se dá a vida

real. Cabe a esse mundo de “doçura e luz”, pela ação do crítico, salvaguardar o campo do humano (CEVASCO, 2003, p.17).

Outro inglês, T. S. Eliot argumentava em 1948 que a cultura deveria abarcar todo um modo de vida e não somente a literatura, para que isso acontecesse precisar-se-ia de uma elite treinada para pensar e manter essa cultura “democrática”:

[...] cultura é mais do que a literatura e as outras artes, é, como queriam os de ímpetos mais democratizantes, não o apanágio de uns poucos homens cultos, mas de todo um modo de vida. Esse é um argumento dos que pretendiam valorizar, por exemplo, as produções das classes trabalhadoras. Mas essa ênfase democrática, de estender o conceito para abarcar todas as estruturas de significados e valores de uma sociedade, logo é anulada por meio da introdução de graus de acesso e de treinamento [...] (CEVASCO, 2003, p. 19).

Tal perspectiva de cultura, que de um modo simplificado podemos caracterizar por uma certa concepção elitista, no sentido de reservar à cultura apenas manifestações elaboradas de um ponto de estético formal, seria modificada com os ingleses Raymond Williams, E. P. Thompson, entre outros, cujas características foram elaboradas em análises marxistas – bastante correntes na Inglaterra do período das décadas de 1950 e 1960. Para esses historiadores, a questão da cultura é pensada desta vez não como mero reflexo das determinações infraestruturais. Há uma proposição de ampliação da problemática, pois coloca-se na ordem do dia a discussão acerca de uma cultura popular.

E. P. Thompson se distanciou das interpretações convencionais do marxismo anglo-saxônico, para o qual as revoltas e motins populares do século XVIII, seriam manifestações reveladoras da “falta de consciência” da classe operária em formação. Em outras palavras, movimentos pré-políticos, devido ao seu conteúdo imediatista (preços, defesa de costumes, abastecimento, etc.), como por exemplo o *ludimos*.²

² Uma das interpretações combatida por Thompson é a de Eric Hobsbawm, para o qual as revoltas operárias do século XVIII e início do XIX eram “rebeldias primitivas”, pois não tinham uma consciência de classe constituída. Para Thompson, tratava-se de uma mudança profunda dos modos tradicionais de vida, produção e trabalho, para outra: a substituição de uma economia moral para uma economia de mercado. Isso é magistralmente analisado nas transformações com relação às medidas do tempo e acelerada a hegemonia tempo dos relógios, em *Costumes em comum* (1998, p. 269-272).

O autor em questão nega a tese de que a classe operaria só se tornaria uma classe “parasi” quando atingisse plena consciência de sua exploração no processo capitalista. Thompson considera que é no processo de luta que se forja a identidade social das classes populares, e tal formação tem como elementos fundamentais os aspectos culturais. Nesse sentido, a cultura passa a ter um papel importante nas análises das relações de classe.

Na pena de Thompson,

[...] não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir e ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.(THOMPSON, 1998, p. 22)

Com Thompson, há a preocupação de recuperar a “história dos de baixo”. Essa história, denominada na Inglaterra como *history from below*, provoca uma renovação nos estudos culturais, sendo um dos principais objetivos desta, tentar compreender uma forma de vida que sempre esteve encoberta pelos estudos culturais voltados para as elites; “[...] buscando formas de resistência à cultura capitalista nos significados, valores e conhecimentos produzidos pelos que o sistema deixa de fora e explora” (CEVASCO, 2003, p. 69).

Em *A miséria da teoria*, obra datada de 1977, Thompson define a “experiência”, conceito bastante relevante na compreensão da sua perspectiva metodológica que não nega o marxismo, mas rejeita a interpretação de classe como uma estrutura rígida. A consciência de classe se forma não condicionada apenas pela posição do indivíduo na estrutura, pois não podemos ter um exemplar puro do que seja classe, ele aciona o termo ausente, a experiência.

Nas palavras de Thompson:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência] - não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.(THOMPSON, 1981, p. 182)

Thompson, assim, ao propor que ao se interpretar histórico e empiricamente as experiências de classe de homens e mulheres, introduz o termo cultura nesta interpretação. Ora, a experiência de classe de indivíduos e grupos é a forma como estes se apropriam da sua realidade e a expressam em sua cultura.

Apesar das diferenças existentes nos trabalhos de Thompson e Roger Chartier, como a importância do marxismo para a história cultural, o último, em entrevista, destaca a importância da relação entre o mundo social e a linguagem nas análises thompsonianas. Pois,

[...] o que mostrava Thompson é que a construção discursiva do mundo social se estabelece, nos recursos próprios a cada um, para produzir classificações, discursos, categorias e que, evidentemente, estas produções discursivas se remetiam às suas condições sociais de possibilidade, e a obra de Thompson aparecia como algo fundamental, porque articulava a construção discursiva do social e a construção social dos discursos (CHARTIER, 1999, p. 29-30).

Na citação acima Chartier ressalta a importância da obra de E. P. Thompson ao mostrar que o discurso social não é apenas uma descrição neutra da realidade, mas que é construído com base em recursos específicos de cada contexto. Além disso, essas construções discursivas estão intimamente ligadas às condições sociais que as tornam possíveis. Em outros termos, ambos pensam como as realidades diversas são apropriadas e ressignificadas. Neste momento aqui do texto, essa apropriação é pensada na produção da vida material de homens e mulheres que ao estabelecerem relações de produção também produzem cultura e resistência diante da luta de classes.

Ginzburg e a micro-história

Outra vertente da história cultural, pode ser encontrada na Itália, principalmente na obra de Carlo Ginzburg, cujas inspirações de Bakhtin são evidentes. Ele abandona o conceito de mentalidade e passa a adotar o de cultura popular, definindo-a como “[...] conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas em um certo período histórico [...]” (GINZBURG, 1986, p. 16).

Partindo de uma definição baseada na antropologia cultural, Ginzburg afirma que a cultura popular se define antes de tudo por sua contraposição dialética a cultura letrada ou oficial, preocupando-se em recuperar o conflito de classes em uma dimensão sociocultural.

No *Prefácio à edição italiana*, do livro *O queijo e os vermes* (1987), Ginzburg, ao tratar dos problemas encontrados ao analisar o caso de Menocchio, moleiro friulano condenado e queimado pela Inquisição, no qual há uma incompatibilidade entre as ideias desse moleiro e as ideias da Igreja, pensando assim numa relação das ideias pertencentes às classes subalternas e aquelas que pertencem às classes dominantes; Ginzburg salienta que o problema de pensar as trocas, apropriações, entre as classes dominantes e as classes populares são tomados de empréstimo da antropologia cultural (GINZBURG, 1987, p. 16-17).

Para uma leitura do conceito de apropriação em Ginzburg, a abordagem que exploraremos aqui é seu conhecido método da micro-história – evidenciado na obra *O queijo e os vermes* – e o paradigma indiciário analisado por ele no artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (GINZBURG, 1989). A metodologia do nosso historiador italiano, busca analisar como indivíduos e pequenos grupos interpretam e se apropriam de elementos culturais em contextos específicos. E não se trata de uma nova abordagem e pode remeter ao processo de hominização, “Talvez a própria ideia de narração (distinta do sortilégio, do esconjuro ou da invocação) tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência de decifração das pistas” (GINZBURG, 1989, p. 152). No caso de Ginzburg, o conceito de apropriação se revela na análise minuciosa das práticas culturais e nas formas de conhecimento que aparecem sub-repticiamente na história oficial. No artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989), Ginzburg, na tentativa de definir o chamado método indiciário, ou paradigma indiciário, demonstra como ao longo da história o homem fez uso de um saber venatório, advindo das práticas de caça. O que “caracteriza este saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p.152). O historiador, para Ginzburg, se apropria de realidades que aos olhos do leigo podem parecer inacessíveis, e por meio de minúsculas particularidades, as quais servem como pistas que permitam reconstruir realidades e transformações culturais mais gerais. Por meio do particular, do micro, é possível construir

quadros mais amplos, assim como o método do médico, “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1989, p.157).

Ele foca em detalhes que podem parecer insignificantes, mas que, analisados cuidadosamente, revelam como as classes populares se apropriam e resignificam práticas culturais de maneiras únicas e inesperadas, frequentemente em resposta a contextos de controle ou repressão. Em seu magistral *O Queijo e os Vermes*, por exemplo, ele demonstra como um simples moleiro reinterpretou e se apropriou de ideias religiosas e cosmológicas da cultura erudita e as reconstruiu a partir de sua visão de mundo própria, desviando-se da doutrina oficial.

Ginzburg é aquele que examina a apropriação cultural ao investigar as narrativas e práticas que fogem da norma, entendendo-as como formas alternativas de construir sentido e resistência. Essa perspectiva complementa bem Chartier e Thompson, pois enquanto Chartier olha para a circulação de representações culturais e Thompson para a experiência de classe, Ginzburg se concentra nos detalhes que revelam os “saberes” populares e as apropriações locais dentro de contextos restritivos.

A apropriação em Roger Chartier

Em certa medida, chegamos ao ponto que foi o mote inspirador de nosso artigo, que foi o de pensar o conceito de apropriação na obra *A história cultural: entre práticas e representações* (1990), do historiador francês Roger Chartier³. O interesse por esse autor não é gratuito evidentemente, basta apenas observar que boa parte da obra de Chartier está traduzida para o português, o que vem a demonstrar o grande interesse dos leitores brasileiros nas discussões e abordagens de Chartier⁴. Intentamos, nesse sentido, fazer uma leitura um pouco

³ CHARTIER, R. *A história cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

⁴ *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1994; *A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998; *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: São Paulo: Editora Unesp, 2002; *À Beira da Falésia: A História entre Incertezas e Inquietude*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002; *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos*

mais aprofundada do conceito de apropriação, na tentativa de compreender como os indivíduos, num determinado lugar social, constroem suas significações de mundo e as expressam de diversas maneiras, seja na escrita, na pintura, na dança, etc. Além do que, temos a impressão de que em função da obra de Chartier estar bastante difundida, alguns dos seus conceitos principais como *práticas, representações e apropriação* são muitas vezes utilizados e citados de maneira descuidada.

Para Chartier, um dos grandes problemas da história cultural praticada por ele – a qual tem por objeto identificar como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída – diz respeito à maneira de conceber as relações entre os grupos sociais e os níveis culturais. Essa problemática, segundo ele, é uma herança da história socioeconômica tal qual praticada por Ernest Labrousse, que interpreta os sistemas de pensamento e os comportamentos culturais já possuindo de antemão uma estrutura social que hierarquiza as produções culturais. Desta forma, Chartier propõe uma história cultural que toma por objeto o estudo das representações do mundo social e como estas produzem estratégias e práticas variáveis consoante às diversas formas de perceber e de apreciar o real, próprias de um grupo.

Na introdução da obra *A história cultural: entre práticas e representações*, Chartier, com vistas a apresentar ao leitor sua acepção sócio-histórica do conceito de representação, ele primeiramente pontua algumas acepções gerais dessa palavra. Assim, a representação em algumas situações significa aquilo que está ausente, muitas produções artísticas assumem essa função, como pinturas, fotografias, esculturas e também textos. A representação é também significado de poder e defesa de um campo profissional, a exemplo de juízes e médicos fazendo uso de indumentárias e maneirismos no exercício de suas práticas. A noção de representação que mais nos interessa nessa leitura é a aquela surgida na modernidade europeia como objeto

XVI-XVIII). São Paulo: Casa da Palavra, 2002. *Inscrever e Apagar: Cultura Escrita e Literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2007; *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003; *A História ou a Leitura do Tempo*. São Paulo: Autêntica, 2009; *Práticas da Leitura*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001; *Cultura Escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001; *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1995.

de disputas individuais na sociedade de corte francesa amplamente estudada pelo sociólogo alemão Norbert Elias.

Chartier se ampara nesta noção de Elias para compreender as representações que os grupos sociais fazem de si ou de outrem como objeto de disputas políticas, culturais e sociais; são as representações objetivadas em práticas (Chartier, 1990, p. 23). Na década de 1960, o desafio colocada para a história frente à primazia das estruturas econômicas e demográficas, ou estruturas sociais, teve como resposta a chamada história das mentalidades. O estudo das atitudes perante a vida, perante a morte, a história das mulheres, dos jovens e das crianças, a exemplo do que propõe Philippe Ariés. Segundo Chartier, seria a abertura de novos territórios para o historiador e, antes de mais nada, um retorno às inspirações fundadoras dos *Annales*, numa preocupação com o social. A história cultural, conforme afirma o autor, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 17).

As representações do mundo social produzem práticas (escolares, sociais, escolares, literárias) que tendem a impor sua autoridade e visão de mundo à custa de outrem. Embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, “as representações são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.

Chartier, apoiado na sociologia de Pierre Bourdieu, nos mostra que as representações não são subjetivas, elas são produzidos num lugar social e campos específicos, e não são meros reflexos das grandes estruturas econômicas ou demográficas.

As representações analisadas por Chartier não são apenas simbólicas, ele tem por meta pensar como elas, as representações, são objetivadas em práticas sociais; trata-se de uma sociologia das práticas sociais quem constroem o mundo como representação, tais práticas devem ser pensadas historicamente⁵.

⁵ A noção de práticas era discutida, na década de 1970, por outros pensadores da história, como Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (2000, p. 137-144) e atravessa todo o texto Foucault *revoluciona a história* (2005), de Paul Veyne.

Através das representações constroem estratégias de dominação e poder baseadas na perspectiva de como um grupo deseja ser visto por outros, ou como este grupo ou indivíduo constroem representações sobre outrem com vistas a enaltecê-los ou desqualificá-los. A constituição de uma identidade profissional, de uma região ou de um país, está ligada a interesses de quem as construiu e devem interpretadas e analisadas historicamente evidenciando-se este jogo de disputas e estratégias de dominação.

Chartier, no capítulo “História da leitura e hermenêutica”, procura construir um conceito substitutivo para o de mentalidade, Paul Ricoeur pensa da mesma maneira, todavia, não evidencia no seu texto a ligação do conceito de representação analisado por ele ligado a Chartier.

A construção do mundo como representação ou representações desemboca na análise de um outro conceito que é o de apropriação. Ou seja, como os indivíduos leem, interpretam as representações; a apropriação é centrada na recepção. Esta apropriação pode não atender aos objetivos daqueles que produziram-nas, faz-se necessário analisar o processo de construção de significações.

Como já afirmamos acima, a reflexão acerca do conceito de representação conduz a uma análise de como outros grupos se apropriam dessas representações e de que maneira constroem novas interpretações, novas significações. Esse posicionamento metodológico de Chartier descrito acima está amparado na obra Pierre Bourdieu, especialmente *La Distinction. Critique sociale du jugement*, de 1979. Bourdieu é essencial para refletir sobre os jogos e estratégias para produzir distinções, em um processo no qual “a própria luta produz, assim, os efeitos propícios a dissimular a própria existência da luta” (BOURDIEU, 2007, p.234).

A apropriação na obra ‘A história cultural’

A história cultural praticada por Chartier se coloca contra uma delimitação praticada pelos historiadores, tanto em França como nos Estados Unidos, a qual atribui a existência de uma oposição entre a cultura popular e a chamada cultura erudita ou letrada. “A atribuição social das práticas culturais designadas até então como populares é agora pensada de maneira

mais complexa” (CHARTIER, 1990, p. 55). De tal sorte, julgamos extremamente importante identificar o modo como nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais. Ou seja, de que maneira os grupos sociais, dotados de distintas disposições e formas de apreciar a realidade, fazem usos diferenciados de materiais comuns. Chartier completa:

Estes cruzamentos não devem ser entendidos como relações de exterioridade entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e sobrepostos (um letrado, outro popular), mas como produtores de *ligas* culturais ou intelectuais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados uns nos outros como ligas metálicas. (CHARTIER, 1990, p. 56).

Um outro problema conduzido pela ideia de que há o par letrado/popular é o pressuposto de que existe um espaço de criação e um outro de consumo, estando o último dependente do primeiro; dito de outra maneira, significa acreditarmos que a produção e a recepção culturais são instâncias distintas. Tal oposição pressupõe que o consumo cultural é feito de maneira passiva, sem que haja uma nova criação, perspectiva essa que sugere uma falsa ideia de que os espaços de consumo de bens culturais são dependentes dos produtores, não dando margem para se interpretar a recriação como um ato original e livre.

Essas questões colocadas por Chartier podem ser respondidas por meio do conceito de apropriação, “porque permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (CHARTIER, 1990, p. 136). O critério da hierarquia cultural deve ser substituído por uma abordagem que centre sua atenção nos usos diferenciados, nos usos contrastantes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas ideias.

Nesse sentido, a apropriação é sempre uma nova releitura, onde são construídos novos significados, novas representações que nunca são idênticas às que o produtor investiu em sua obra. Considerar a apropriação como um ato de construção de sentido requer que se encare os consumidores de bens culturais como indivíduos “dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições” (CHARTIER, 1990, p. 126), atendo-se às diferenças fundadas nas pertencas sexuais, territoriais, religiosas ou étnicas, e não somente traçando-se uma hierarquia de pertencimento social.

Além do que, o historiador deve observar que as apropriações fazem uso de práticas culturais que são histórica e socialmente variáveis, para tal consideração Chartier se apóia na sociologia de Norbert Elias que concebe

[...] um modo de pensar as relações intersubjetivas, não com categorias psicológicas que as supõem como invariáveis e consubstanciais à natureza humana, mas nas suas modalidades historicamente variáveis, diretamente dependentes das exigências próprias de cada formação social (CHARTIER, 1990, p. 111).

A construção desse arcabouço teórico-metodológico permitiu a Chartier analisar as práticas diferenciadas da leitura na Europa Moderna e como essas práticas se modificavam, como também pensar de que modo os diferentes grupos sociais partilhavam essas práticas. A apropriação se fixa na recepção, o que permite observar as diferenças do uso dos escritos, isto é, os empregos diferentes dados ao mesmo texto. Além do que, o trabalho do historiador da leitura “deve ter em vista os paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados” (CHARTIER, 1990, p. 131). Um livro muda pelo fato de se modificar o seu modo de leitura. Por sua vez, os mecanismos em que os escritos são dados a ler figuram-se como representações dos grupos que a eles se ligam. As representações produzem estratégias de identidade, constroem realidades, “estão colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Isso se observa no trabalho de adaptação realizado pelos editores da Bibliothèque Bleue (Biblioteca Azul) visando um público popular.

Este trabalho de adaptação modifica o texto relativamente ao modo como é apresentado em uma edição anterior, que serve de cópia para os impressores de livros *populares* e é orientado pela representação que estes têm das competências e expectativas culturais de leitores para quem o livro não é algo de familiar (CHARTIER, 1990, p. 130).

Tendo em vista o público visado pelos editores da *biblioteca azul*, podemos notar que as modificações empreendidas por eles: multiplicação de parágrafos, divisão do texto formando novos capítulos, inclusão de resumos explicativos, têm a função de marcar uma diferenciação em relação a esse público. Pelo fato de que, os títulos escolhidos para formar o repertório dessa biblioteca pertencerem a uma cultura letrada, como também as práticas de leitura suscitadas

pelos livros dessa *biblioteca azul* não serem as mesmas das elites letradas, já familiarizadas com o livro. O que é popular nessa biblioteca não são os títulos, mas os objetos tipográficos em que o texto é dado a ler.

Muitas vezes a leitura desses livros produz uma compreensão diferente daquela esperada pelos seus editores/produtores. A leitura para muitos significa um reencontro com um pré-saber de um texto anteriormente oralizado em grupo. Ademais, “no século XVIII muitos dos exemplares dos editores de Troyes servem aí de material de aprendizagem da leitura e são o suporte de práticas culturais múltiplas, da decifração coletiva e pedagógica à leitura individual, da memorização à recitação” (CHARTIER, 1990, p. 187).

Se o objetivo dos editores da *biblioteca azul* era atingir um público popular, Chartier procura mostrar que era grande a difusão dos livros na França e que sua venda não era realizada apenas por vendedores ambulantes que deveriam atingir as zonas camponesas, havia também pontos de venda fixos nas cidades e nos burgos, que acabam por atingir todas as clientelas possíveis.

O que foi exposto acima acerca dos usos da *biblioteca azul* nos permite caracterizar dois tipos de apropriações: uma por parte dos editores de Troyes que empreendem modificações tipográficas em textos já conhecidos adaptando-os segundo a representação que eles têm das expectativas de leitura do público visado; uma segunda diz respeito às significações produzidas por um público tão amplo quanto o almejado pelos produtores desses materiais culturais. Tendo isto em mente, Roger Chartier ao analisar as apropriações culturais, interpreta as diferenças no uso dos materiais culturais – a forma como são representados e apropriados – como práticas contrastantes e complementares entre os grupos sociais, e que estão vinculadas à estratégias de distinção, as quais se modificam, sempre na intenção de manter as diferenças sociais.

Na obra *A distinção*, Bourdieu esforça-se em estabelecer as condições em que os consumidores de bens culturais, e seus gostos pelos mesmos, são produzidos. Ao mesmo tempo, descreve os diferentes modos de apropriação de tais objetos, e como essas condições de apropriação estão vinculadas a regras do lugar social.

O modo como uma cultura é apropriada se encontra na vinculação das predisposições do gosto, visto que essas predisposições são distintivas e classificadoras. A cultura também tem seus títulos de nobreza mensurados pelo capital cultural possuído por cada membro.

O gosto é uma aposta das mais vitais nas lutas que tem lugar no campo da classe dominante e no campo da produção cultural. A definição de uma nobiliarquia cultural é a demarcação de uma batalha entre os grupos sociais que diferem em suas ideias em relação à cultura e da legítima relação com trabalhos de arte, além disso, diferem nas condições de aquisição dos produtos culturais.

As condições de apropriação de determinados bens culturais estão interligadas com o domínio de determinadas competências culturais, isto quer dizer que existe uma disposição estética nesse processo de apropriação. O consumo cultural é o estágio de um processo de comunicação, que é um ato de decifração, que pressupõe práticas ou explícita o domínio de uma cifra ou código. Isto significa dizer que os produtos de um campo de produção cultural autônomo exigem para sua decodificação o domínio de uma cifra específica, ou seja, esses produtos devem ser percebidos segundo uma intenção estética de seus produtores. Os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que fazem de determinados produtos culturais, ou seja, apropriam-se de maneiras diferenciadas (BOURDIEU, 2007, p. 1-7).

Para Bourdieu, se o universo dos bens culturais parece tão predisposto a expressar as diferenças sociais é pelo fato de que a relação de distinção se encontra objetivamente inscrita nele, e essa relação volta a se ativar, queira-se ou não, em cada ato de consumo, mediante os instrumentos de apropriação econômicos e culturais que a mesma exige. Pelo fato de que a apropriação supõe disposições e competências que não estão distribuídas universalmente (ainda que tenham a aparência de ser inatas, ou seja, nascidas com o indivíduo), as obras culturais constituem o objeto de uma apropriação exclusiva, material ou simbólica, e, ao funcionar como capital cultural (objetivado ou incorporado), asseguram um *benefício de distinção*, proporcionado pela singularidade dos instrumentos necessários para sua apropriação (BOURDIEU, 2007, p. 223-227).

É sob essa ótica que Chartier procurou interpretar os mecanismos de produção do escrito, sua disseminação, e as práticas de leitura em seus usos e apropriações na Europa Moderna.

À guisa de conclusão

Pensar uma cultura em comum implica reconhecer que a cultura não pertence exclusivamente a uma elite, mas permeia toda a sociedade, configurando-se de maneira única nas práticas, valores, lutas, e relações que caracterizam cada grupo social. A disseminação da cultura na sociedade exige que a consideremos em sua totalidade e complexidade, observando como diferentes grupos se apropriam e ressignificam símbolos, tradições e práticas, a partir de suas próprias experiências e necessidades.

A análise das contribuições de Roger Chartier, Carlo Ginzburg e E. P. Thompson demonstra a riqueza do conceito de apropriação no contexto da historiografia cultural. Em Chartier, a apropriação revela-se na capacidade dos indivíduos e grupos de reinterpretarem representações culturais, enquanto Ginzburg evidencia como detalhes cotidianos revelam resistências e recriações culturais em contextos de opressão. Thompson, por sua vez, nos mostra como a experiência da classe trabalhadora molda uma cultura própria, que reinterpreta tradições para resistir à hegemonia. Ao tirar os olhos do texto e olhar ao redor, perceber-se-á quantas lutas acontecem hoje em torno de temas e problemas pertencentes ao vasto domínio da cultura.

Nos anos 1960 e 70, a história cultural francesa e inglesa passa por uma redefinição profunda, marcada pela incorporação de abordagens interdisciplinares e pelo distanciamento das interpretações clássicas da história econômica e social. Esta nova história cultural, com ênfase no social, mas sem perder de vista a subjetividade e a representação, permite que a história seja vivenciada de múltiplas maneiras e por variados agentes. Assim, o conceito de apropriação emerge como uma ferramenta essencial para entender como culturas se moldam, se entrelaçam e se transformam continuamente.

Em última análise, ao destacar as formas distintas de apropriação, o artigo procurou mostrar como a história cultural pode incorporar e reinterpretar elementos do marxismo, da

sociologia e da antropologia, sem perder o foco na análise das práticas culturais. Ao centralizar o conceito de apropriação, renovamos seu potencial para futuras investigações, abrindo espaço para uma historiografia que não apenas registra, mas questiona e revela as dinâmicas culturais, sociais e políticas subjacentes à construção da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. “A crise na cultura: sua importância social e política”. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. 8ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CEVASCO, Maria Eliza. *As Dez Lições Sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, R. *A história cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsskind; prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. “Experiência: o conceito ausente”. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: EDUNB, 2005.